

ISSN 2238-9113**ÁREA TEMÁTICA:** (marque uma das opções)

- COMUNICAÇÃO
- CULTURA
- DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
- EDUCAÇÃO
- MEIO AMBIENTE
- SAÚDE
- TRABALHO
- TECNOLOGIA

RELATO DE EXPERIÊNCIA DAS OFICINAS DO PROJETO ECA EM 2015

Renata Nogueira (renata.nogueira_@hotmail.com)
Miriam De Sousa Dos Santos (miriamss2007@hotmail.com)
Liza Holzmann (lizaholzmann@yahoo.com.br)
Alexandre Almeida Rocha (almeida.rocha@uol.com.br)

RESUMO – Os direitos e deveres das crianças e adolescentes são um tema que deve ser discutido cada vez mais pelos diversos segmentos da sociedade. A partir disso, o Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e da Juventude (NEDDIJ), da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em parceria com o Projeto ECA: conheça, usufrua seus direitos e exercite seus deveres e instituições da rede de atenção à criança e ao adolescente, aplica oficinas sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente com o intuito de propagar informações acerca deste tema, bem como, incentivar os grupos alcançados a multiplicarem tais informações, fazendo com isso que mais pessoas possam se apropriar dos conhecimentos. Sendo assim, vê-se a importância do relato das oficinas realizadas no período de abril a junho de 2015, trazendo seus resultados e realçando a participação do serviço social.

PALAVRAS-CHAVE – Criança e adolescente. Estatuto da Criança e do Adolescente. Oficina. Serviço Social.

Introdução

O Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude (NEDDIJ)¹ é um projeto de extensão, que visa o acesso à justiça gratuita regularizando as situações de fato nos casos de guarda, tutela e/ou adoção de crianças e/ou adolescentes em famílias substitutas e

¹ Teve início com a parceria entre a Secretaria de Ciência Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná (SETI) e as Instituições de Ensino Superior Estadual, sendo que na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) está em vigor desde o ano de 2006. No ano de 2008 o projeto passou a fazer parte do Programa Universidade Sem Fronteira.

ainda, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), atua em casos de medidas de proteção às crianças e adolescentes. Diante disso, o principal objetivo do projeto é garantir que os direitos das crianças e dos adolescentes sejam realmente efetivados.

Para que o Núcleo coloque em prática seu projeto, conta com uma equipe interdisciplinar composta por um coordenador do curso de direito e uma supervisora do curso de serviço social, duas advogadas recém-formadas, uma assistente social recém-formada, quatro estagiárias de direito e uma estagiária de serviço social.

O Projeto ECA² trabalha em diferentes locais e com diferentes públicos, destacando crianças, adolescentes e pais. No período em destaque, foram realizadas ações em Centros de referência de Assistência social (CRAS) e em instituições sociais, na forma de oficinas. Esse trabalho, realizado em parceria com o NEDDIJ, é conhecido como “Projeto ECA: conheça, usufrua seus direitos e exercite seus deveres”. O qual será abordado a seguir.

Objetivos

O projeto Eca tem como objetivo levar aos grupos de crianças, de adolescentes e de adultos, em diferentes instituições, aspectos relevantes do ECA, ressaltando seus direitos e deveres. Sendo assim, esse artigo visa relatar as oficinas realizadas no ano de 2015, a fim de divulgar o trabalho realizado no projeto, trazendo os resultados obtidos neste ano.

Referencial teórico-metodológico

O projeto ECA conta com participação do setor de serviço social (assistente social e estagiária) e também dos acadêmicos do curso de direito e estagiários de direito no NEDDIJ que, em um trabalho interdisciplinar, realizam as oficinas. Vemos aqui, uma característica importante tanto para a área de serviço social, quanto para direito, pois, com o trabalho interdisciplinar há um grande crescimento profissional/acadêmico e pessoal e ainda, instrumentaliza para um atendimento mais eficiente e eficaz das demandas emergentes em cada situação.

Tendo em vista o caráter interventivo do profissional de serviço social e da importância deste desenvolver propostas e práticas preventivas de forma criativa, Yamamoto (2001, p. 20) coloca que “um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas

² O “Projeto ECA: conheça, usufrua seus direitos e exercite seus deveres” será citado como Projeto ECA.

e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo.”

Sendo assim o Projeto ECA oportuniza também a equipe do serviço social efetivar um dos deveres inscritos no Código de Ética do/a Assistente Social (p.29): “garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas [...]”.

Vemos então, que as oficinas são peça chave na construção de espaços de formação e informação de temas relevantes no cotidiano dos grupos onde elas são aplicadas, sendo que, principalmente, quando o público alvo são crianças e adolescentes, esse método se apresenta ainda mais eficaz. Sabendo que essa metodologia de trabalho dá oportunidade para uma troca de conhecimentos, tanto dos facilitadores, quando do público atendido, vemos que há uma desmistificação de alguns conceitos e construção de outros com cada grupo. Assim, concordamos com Candau (1999, p. 6) quando cita Cubelles, trazendo o conceito de oficina como “[...] tempo-espaco para a vivência, a reflexão, a conceitualização: como síntese do pensar, sentir e atuar. Como “o” lugar para a participação, o aprendizado e a sistematização dos conhecimentos.”

Outro aspecto importante a ser tratado são as temáticas abordadas nas oficinas (direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária), pois entender o ECA e suas implicações na vida das crianças e dos adolescentes, bem como todo o processo de luta na busca na consolidação de direitos desse grupo da sociedade é fundamental para conseguirmos ampliar os conceitos de cidadania e pô-los em prática enquanto coletivo. Além disso, o entendimento da legislação que protege, além de buscar prevenção e aplicação de medidas sócio educativas a essa parcela populacional, que como coloca o ECA (art. 4º), tem “absoluta prioridade”, faz com que os envolvidos no projeto de extensão capacitem-se gradativamente para oferecer uma intervenção de qualidade à população.

A fim de obter resultados mais positivos, as oficinas aplicadas são moldadas conforme a realidade de cada grupo, sendo planejadas antecipadamente com os extensionistas que irão aplicá-las em cada grupo. Dessa forma, as oficinas propostas pelo Projeto ECA são realizadas uma vez em cada local, sendo abordados temas como poder familiar, guarda, tutela e adoção, direitos e deveres previstos no ECA, trabalho infantil, atos infracionais, medidas sócio educativas, entre outros que podem surgir como demanda; temas estes trabalhados em muitos casos na forma de dinâmicas.

As dinâmicas variam de acordo com o grupo, mas normalmente são realizadas com o auxílio de imagens, recortes de notícias, bexigas, entre outros materiais, sendo pensada como instrumento para colaborar numa maior reflexão sobre a temática desenvolvida.

É imprescindível que em cada oficina seja fomentado o debate a partir do cotidiano do público atendido em cada instituição, considerando a sua realidade, para que, desta forma, sintam-se sensibilizados com a troca de conhecimentos, tornando-se assim multiplicadores das informações recebidas, propiciando que o projeto tenha maior alcance.

Resultados

Como resultado, tivemos a realização de cinco oficinas de abril até junho de 2015, alcançando 106 usuários. Destas oficinas, duas foram realizados em grupos de adultos e três em grupos de adolescentes. Segue abaixo os dias e locais que cada uma ocorreu:

TABELA 1: Datas e locais em que as oficinas do Projeto ECA de abril até junho de 2015 foram realizadas

DATA	LOCAL
30/04/2015	Centro de Referência de Assistência Social Vila XV
05/05/2015	Centro de Referência de Assistência Social 26 de Outubro
03/06/2015	Aldeia Espírita da Criança Dr David Federmann
18/06/2015	Centro de Referência de Assistência Social Sabará
26/06/2015	Aldeia Espírita da Criança Dr David Federmann

Nas oficinas realizadas nos grupos de adultos, pudemos perceber que a maior demanda desse público são as questões voltadas a procedimentos de guarda, tutela ou adoção, além do trabalho infantil e profissionalização de adolescentes. Em um dos grupos, surgiu ainda alienação parental como dúvida. Além disso, foram trabalhados os demais temas propostos pelo projeto. Nas oficinas realizadas com adolescentes, ao contrário do grupo de mães, o tema de maior interesse foi a questão dos atos infracionais e as medidas sócio educativas. Percebemos ainda que através das dinâmicas propostas nas os adolescentes revelam suas dúvidas e posicionamentos, participando de maneira ativa desses momentos.

Considerando os objetivos propostos nas oficinas, a equipe extensionista conseguiu alcançá-los e vê a importância da constante capacitação para que cada vez mais possam melhorar a abordagem e propor novos métodos de intervenção.

Considerações Finais

O Projeto Eca, que é um projeto parceiro do NEDDIJ, contribui grandemente para apresentar, discutir e refletir sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente por um maior número de pessoas, que, muitas vezes, entendem de forma superficial o Estatuto, desmistificando assim, muitos pré conceitos sobre as mudanças que o ECA trouxe.

Com esse trabalho podemos perceber que existe alcance do projeto em diferentes instituições, com diferentes demandas e, sendo assim, vemos a importância de capacitar os extensionistas para que consigam atender tais demandas, levando informações corretas e de fácil compreensão pelos grupos atendidos, além de propor novas formas de abordagem com mais qualidade.

A partir disso, para o serviço social, temos evidenciado sua importância na atuação dentro do projeto e ainda, a importância que existe para os acadêmicos que estagiam na área, em sua formação profissional, pois além da temática relevante, a inserção em um projeto de extensão traz um contato com a prática profissional maior, onde pode-se colocar em prática os conceitos apreendidos na academia.

Referências

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 da Regulamentação da profissão. 10ª Ed. Brasília: CFESS, 2012.

CANDAU, V. M. **Educação em direitos humanos**: uma proposta de trabalho. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/veracandau/candau_edh_proposta_trabalho.pdf>. Acesso em jun. 2015.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 4ª Ed. Cortez: São Paulo, 2001.

PARANÁ. **Proteção integral de crianças e adolescentes**: instrumentos normativos nacionais, internacionais. Curitiba: SECS, 2013.